

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

VICTORIA COUTINHO DE ALMEIDA

**A POLÍTICA DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO
À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER:**

**uma análise com base no Programa de Inclusão Social e Produtiva do
Banco da Providência**

RIO DE JANEIRO
2023

VICTORIA COUTINHO DE ALMEIDA

**A POLÍTICA DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRETAMENTO
À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER:**

**uma análise com base no Programa de Inclusão Social e Produtiva do
Banco da Providência**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Gestão Pública.

Orientadora: Maria Walkíria de Faro Coelho Guedes
Cabral

Rio de Janeiro
2023

CIP - Catalogação na Publicação

A447p Almeida, Victoria Coutinho de
A política de geração de renda no enfrentamento à
violência doméstica contra a mulher: uma análise
com base no Programa de Inclusão Social e Produtiva
do Banco da Providência / Victoria Coutinho de
Almeida. -- Rio de Janeiro, 2023.
35 f.

Orientadora: Maria Walkíria de Faro Coelho Guedes
Cabral.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social, 2023.

1. Violência doméstica contra a mulher. 2.
Política de geração de renda. 3. Banco da
Providência. 4. Empoderamento feminino. I. Cabral,
Maria Walkíria de Faro Coelho Guedes, orient. II.
Título.

VICTORIA COUTINHO DE ALMEIDA

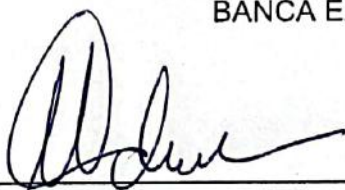
A Política de Geração de Renda no Enfrentamento à Violência
Doméstica Contra a Mulher:

Uma Análise com Base no Programa de Inclusão Social e
Produtiva do Banco da Providência

Trabalho de Conclusão de Curso entregue
ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para
o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,
como parte dos requisitos necessários à obtenção
do título de Bacharel.

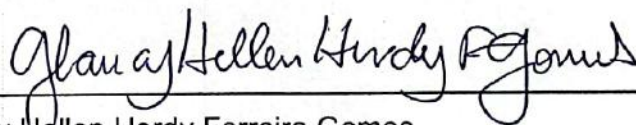
Apresentado em: 14/07/2023

BANCA EXAMINADORA



Maria Walkíria de Faro Coelho Guedes Cabral

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



Glaucy Hellen Herdy Ferreira Gomes

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou grata aos meus pais, por todo auxílio, orientação e incentivos recebidos, e por quem tenho amor incondicional. À minha tia-avó, Aída Barra Coutinho Bellinato, que desde minha infância sempre expressou seu desejo em apoiar-me nos estudos e ver meu crescimento pessoal. Quero expressar gratidão à minha orientadora, Maria Walkíria Cabral, por sua dedicação, carinho e por apresentar-me aos estudos de gênero, ao qual sigo inspirada em continuar. Agradeço ao meu companheiro, que impulsiona diariamente o meu desenvolvimento profissional. À Luana Pereira e Karoline Barbosa, mulheres inspiradoras com grandes corações, sou grata por ter compartilhado momentos de descontração, suporte e sincera amizade ao longo dessa jornada. Agradeço ao meu amigo Alex, por toda ajuda, acolhimento e empatia durante o meu tratamento contra o câncer. Aos professores Alex Magalhães, Mariana Albinati, Orlando Júnior, Pedro Vasques, Renato Emerson, à Jaqueline Costa e todos os colaboradores da secretaria do curso de Gestão Pública e às ex-coordenadoras Rosângela Luft e Suyá Quintslr, deixo meus sinceros agradecimentos e carinho pelo apoio e sensibilidade no decorrer do meu último período. As palavras são insuficientes para expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas citadas. Assim, agradeço a Deus por me conduzir até esta etapa e por colocar pessoas inspiradoras em meu caminho.

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar a política de geração de renda como um potencial mecanismo no combate a violência doméstica contra a mulher, fundamentado no Programa de Inclusão Social e Produtiva do Banco da Providência. Diante dos obstáculos que impedem as mulheres de realizar o registro de ocorrência, este trabalho avalia se a geração de renda pode ser um recurso para que as vítimas consigam romper com a violência. Para atingir os objetivos deste estudo, foram realizadas revisões bibliográficas, análise de material audiovisual e interpretação de dados estatísticos do Instituto de Segurança Pública. Os resultados indicaram a necessidade de o Estado dispor de novas ferramentas para o combate à violência doméstica, considerando que as estatísticas de violência persistem em altos índices anualmente. Ao analisar a atuação do Banco da Providência, constatou-se que a Instituição se solidariza ao enfrentamento à violência doméstica. Em sumo, o artigo conclui que a política de geração de renda tem potencial para provocar uma mudança positiva, contribuindo tanto para a autonomia financeira das mulheres quanto para o seu bem-estar emocional e psicológico. Isso as torna mais seguras para se libertar de relacionamentos abusivos ou para interromper logo nos primeiros sinais de abuso.

Palavras-chave: violência doméstica; mulher; Banco da Providência e geração de renda.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze income generation policy as a potential mechanism in combating domestic violence against women, based on the Social and Productive Inclusion Program of the Banco da Providência. Given the obstacles that prevent women from reporting incidents, this study evaluates if income generation can be a resource for victims to break away from violence. To achieve the objectives of this study, literature reviews, analysis of audiovisual material, and interpretation of statistical data from the Public Security Institute were conducted. The results indicated the need for the State to provide new tools to combat domestic violence, considering that violence statistics remain high annually. In analyzing the actions of Banco da Providência, it was found that the Institution stands in solidarity with the fight against domestic violence. In summary, this article concludes that the policy of income generation has the potential to bring about positive change, contributing to both the financial autonomy of women and their emotional and psychological well-being. This makes them more secure to free themselves from abusive relationships or to interrupt them at the earliest signs of abuse.

Keywords: domestic violence; woman; Banco da Providência and generate income.

RESUMEN

El propósito de este trabajo es analizar la política de generación de ingresos como un mecanismo potencial en la lucha contra la violencia doméstica hacia las mujeres, basado en el Programa de Inclusión Social y Productiva del Banco da Providência. Ante los obstáculos que impiden a las mujeres denunciar incidentes, este estudio evalúa si la generación de ingresos puede ser un recurso para que las víctimas logren romper con la violencia. Para alcanzar los objetivos de este estudio, se llevaron a cabo revisiones de literatura, análisis de material audiovisual e interpretación de datos estadísticos del Instituto de Seguridad Pública. Los resultados indicaron la necesidad de que el Estado proporcione nuevas herramientas para combatir la violencia doméstica, considerando que las estadísticas de violencia permanecen altas anualmente. Al analizar las acciones del Banco da Providência, se encontró que la institución se solidariza con la lucha contra la violencia doméstica. En resumen, este artículo concluye que la política de generación de ingresos tiene el potencial de provocar un cambio positivo, contribuyendo tanto a la autonomía financiera de las mujeres como a su bienestar emocional y psicológico. Esto las hace más seguras para liberarse de relaciones abusivas o para interrumpirlas ante los primeros signos de abuso.

Palabras claves: violencia doméstica; mujer; Banco da Providência; generación de ingresos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 A MULHER NA SOCIEDADE.....	8
2.1 Relacionamento abusivo.....	9
2.2 Dados de violência contra a mulher em 2021, segundo ano da pandemia de Covid-19.....	10
2.3 Quando denunciar não é uma saída.....	16
3 O BANCO DA PROVIDÊNCIA E O PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA	16
3.1 O Programa de Inclusão Social e Produtiva e a metodologia das 3 Fases.....	17
3.2 Avaliação de impacto da metodologia das 3 Fases	20
3.3 Resultados do Programa de Inclusão Social Produtiva no ano de 2021	20
3.4 Vozes do Projeto	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	27
APÊNDICE A - Entrevista com colaboradoras do Banco da Providência	29

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher vem tomando outra proporção em nossa sociedade desde a criação da Lei 11.340¹. Se antes a fala popular propagada era: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, o poder público em parceria com a sociedade civil, passou a se posicionar de forma mais ativa diante do problema. Contribuindo para a quebra de estigmas por meio de levantamento de dados, elaboração de políticas públicas e criação de instituições que atuam diretamente e indiretamente no apoio a mulheres vítimas de violência. Todavia, os números de casos de violência contra a mulher são alarmantes, ano após ano.

Estudos comprovam que a maioria dos agressores são parceiros ou ex-parceiros. Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), esse dado chegou a quase 50% nos anos de 2020 e 2021. Os motivos pelos quais as mulheres se mantêm em uma relação abusiva são diversos, mas quais mecanismos além da denúncia podem ser suporte para elas se livrarem dessas relações? Será que investir em políticas de geração de renda pode ser considerado um mecanismo complementar na luta contra a violência doméstica?

Este artigo foi elaborado seguindo as normas de submissão da Revista Eletrônica de Administração (REAd), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e ao longo dele serão apresentados dados de violência contra a mulher no estado do Rio de Janeiro no ano de 2021 e a análise de um projeto do terceiro setor que atua em localidades da cidade do Rio de Janeiro com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH).

Esse trabalho foi realizado por meio de levantamento bibliográfico e áudio visual, análise de dados do Instituto de Segurança Pública; dos relatórios anuais do Banco da Providência (BP); e depoimentos de participantes e colaboradores do Programa de Inclusão Social e Produtiva (PISP).

O capítulo inicial estabelece uma correlação entre a cultura da dominação masculina e o ciclo de violência, mostrando como a estrutura patriarcal contribui para a subordinação feminina e impacta as relações conjugais. Em seguida, apresenta as estatísticas de violência doméstica contra a mulher durante o período da pandemia de Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro e, por fim, expõe os obstáculos que impedem as vítimas de formalizarem as ocorrências. Posteriormente, o terceiro capítulo introduz o Banco da Providência, expondo sua atuação em locais precarizados e apresentando como pessoas com renda zero alcançaram uma nova perspectiva de vida por meio da metodologia da Instituição.

¹ Também conhecida como Lei Maria da Penha.

Por fim, este trabalho conclui que a política de geração de renda possui papel significativo no combate à violência doméstica, ao observar que o ato de gerar renda impacta positivamente na autoestima, confiança e empoderamento da mulher, aumentando as chances das vítimas se desvencilharem de relações abusivas.

2 A MULHER NA SOCIEDADE

De acordo com o livro “A Dominação Masculina”, de Pierre Bourdieu, a superioridade masculina é mantida devido a práticas sociais e culturais que reforçam estereótipos, a hierarquia de gênero, assim como a delimitação do que é ser homem, sempre em contraste ou oposição à mulher. Esta diferenciação entre os gêneros é, portanto, estrutural e institucional. Entender essa estrutura que promove a objetificação e submissão da mulher é essencial para avaliar suas consequências nas relações conjugais, familiares e profissionais.

Tomamos consciência da diferença entre os sexos desde cedo, através de brinquedos, brincadeiras, cores e lições de comportamento. Às mulheres, em particular, ensina-se a serem delicadas, contidas e aterem-se à boa aparência, conforme o trecho abaixo ilustra.

É assim que a jovem cabila interiorizava os princípios fundamentais da arte de viver feminina, da boa conduta, inseparavelmente corporal e moral, aprendendo a vestir e usar as diferentes vestimentas que correspondem a seus diferentes estados sucessivos, menina, virgem núbil, esposa, mãe de família, e, adquirindo insensivelmente, tanto por mimetismo inconsciente quanto por obediência expressa, a maneira correta de amarrar sua cintura ou seus cabelos, de mover ou manter imóvel tal ou qual parte de seu corpo ao caminhar, de mostrar o rosto e de dirigir o olhar (BOURDIEU, 2012, p. 37).

Os homens são instruídos a serem o oposto: não devem demonstrar fraqueza, devem ser seguros de si. Bourdieu (2012) propõe que este seria um trabalho psicossomático similar ao aplicado às mulheres, com o objetivo de virilizá-los, eliminando qualquer resquício de feminilidade nos homens.

Essa definição padronizada do que significa ser homem ou mulher e qual papel social lhes é designado, acaba por vitimar também o homem. Bourdieu (2012) argumenta que o privilégio masculino é uma armadilha, pois impõe a cada homem o dever de afirmar constantemente sua virilidade, a qual, segundo o autor, é compreendida como capacidade reprodutiva, sexual, social, e aptidão para o combate e exercício da violência.

Enquanto se espera que o homem projete uma imagem de autossuficiência, à mulher é designado um papel de servidão. De acordo com o livro, as mulheres são objetificadas, sendo sua principal função agradar aos outros.

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam "femininas", isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. [...] Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser. (BOURDIEU, 2012, p. 82)

Segundo Bourdieu, existem três instâncias fundamentais na perpetuação da dominação masculina: a família, a igreja e a escola. A família é o cenário onde se apresentam os exemplos mais evidentes da divisão do trabalho: “[...] é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem” (BOURDIEU, 2012, p.103). A igreja, por sua vez, atribui à mulher o papel de manter a união e harmonia do lar, exigindo dela sabedoria, virtuosidade e obediência ao esposo. Conforme o autor, a igreja se apoia em uma moral familiarista dominada por valores patriarcais, além de utilizar textos sagrados que simbolizam a inferioridade feminina e uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade. Por último, a escola também é mencionada como um ambiente que “[...] continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança)” (BOURDIEU, 2012, P. 104). Além dessas três instituições, Bourdieu aponta o Estado como uma quarta entidade que ratifica e reforça aspectos do patriarcado privado nas atribuições públicas. Como exemplo, o autor destaca a oposição entre ministérios voltados para administração e finanças, geralmente associados aos homens, e questões sociais, frequentemente atribuídas às mulheres, reforçando assim a divisão entre masculino e feminino.

2.1 Relacionamento abusivo

Assim como Bourdieu, Mary Wollstonecraft também se posicionava contra a educação diferenciada entre os sexos. Em sua obra “A Reivindicação dos Direitos da Mulher”, a autora defende a ideia de que homens e mulheres devem receber as mesmas instruções intelectuais e morais. A aptidão para cuidar do lar, o sonho de almejar o matrimônio e o desejo à maternidade não são natos às mulheres, mas sim moldes naturalmente impostos por uma estrutura que

precisa nos definir e nos controlar para se sustentar. Para Schraiber e Oliveira (1999 apud PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018, p.11) a violência doméstica está ligada a condições interpessoais associadas às desigualdades de gênero. Os relacionamentos abusivos costumam seguir um padrão recorrente de atitudes e acontecimentos, conhecido como ciclo da violência. Primeiramente, ocorre um estado de tensão entre o casal, caracterizado por discussões, momentos de estresse e irritação. Em seguida, a escalada dessa tensão culmina em episódios de violência. Finalmente, alcançamos a última etapa do ciclo, conhecida como "lua de mel", que se caracteriza pelos pedidos de desculpas do agressor e promessas de mudança de comportamento. Essa fase proporciona uma nova esperança à vítima, levando-a a permanecer na relação abusiva, e assim, o ciclo se reinicia.

Insistir em um relacionamento após sucessivos episódios de violência ou retornar à relação após a separação é uma constante na vida de mulheres que sofrem violência conjugal. Quando, no entanto, a mulher consegue enfrentar o medo e separa-se do marido, inicia-se um jogo emocional no qual ocorre uma suposta mudança de comportamento do companheiro, o que a faz sentir-se mais confiante e dedicar-se mais a preservação desse relacionamento, reiniciando o ciclo da violência (Cardoso, 1997 apud PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018, p.14).

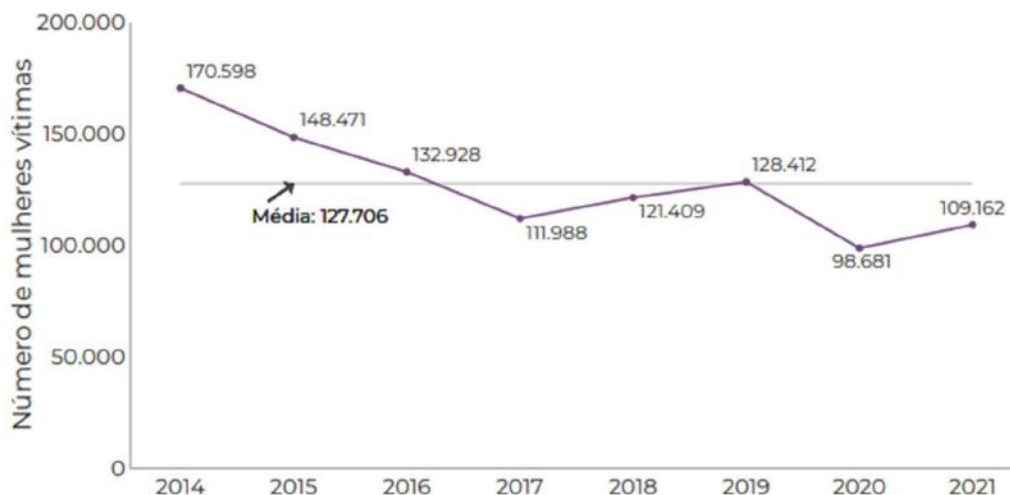
2.2 Dados de violência contra a mulher em 2021, segundo ano da pandemia de Covid-19.

Segundo dados do Dossiê Mulher 2022, pesquisa realizada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), através de microdados² extraídos dos registros de ocorrência da Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro (SEPOL) 109.162 mulheres³ foram vítimas de violência no estado do Rio de Janeiro em 2021. Este número corresponde a uma média diária de 299 mulheres vítimas de violência de gênero. Comparado com o ano anterior, 2020, houve um aumento de aproximadamente 10,6% nos registros. O Gráfico 1 ilustra a evolução do número de mulheres vítimas de violência que foram registradas no período de 2014 até 2021.

² Microdados são dados estatísticos que fornecem informações detalhadas ao nível individual, permitindo uma análise profunda do questionário aplicado ou pesquisa realizada.

³ Número absoluto de mulheres que formalizaram a denúncia em delegacias ou no site da SEPOL.

Gráfico 1 – Mulheres vítimas de violência no estado do Rio de Janeiro entre o ano de 2014 e 2021 – números absolutos

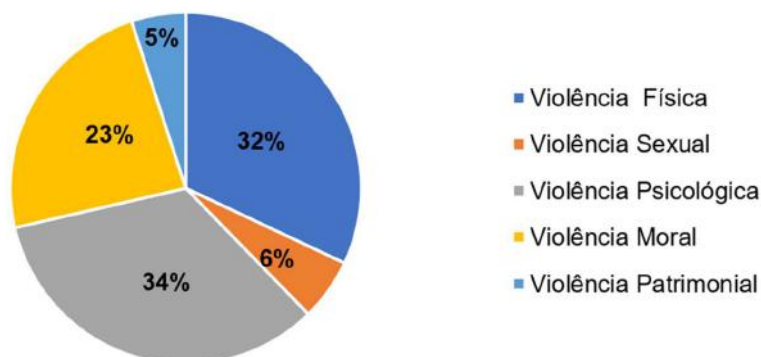


Fonte: Dossiê Mulher 2022

Durante a pandemia, enquanto se esforçavam para proteger a própria vida e a dos outros, as mulheres se encontraram expostas a um perigo, conhecido como violência doméstica. O aumento massivo do desemprego, a sobrecarga dos afazeres domésticos, a quebra do contato com a família e amigos e o contato contínuo com seu parceiro, foram suficientes para intensificar as tensões nas relações conjugais e familiares.

O Gráfico 2 mostra o quantitativo de casos de cada forma de violência contra a mulher que foram registrados no estado do Rio de Janeiro em 2021. Nota-se que a violência física e psicológica foram as formas de agressão que mais acometeram as mulheres.

Gráfico 2 – Quantitativo das formas de violência contra a mulher no estado do Rio de Janeiro em 2021



Fonte: Dossiê Mulher 2022

A Tabela 1 lista as cinco categorias de violência contra a mulher, bem como os delitos associados a cada uma delas. Para cada delito, são apresentados os números absolutos de vítimas, independentemente do gênero, e a proporção destas que eram mulheres. É notável que, na maioria dos delitos indicados na tabela, mais da metade das vítimas eram do sexo feminino.

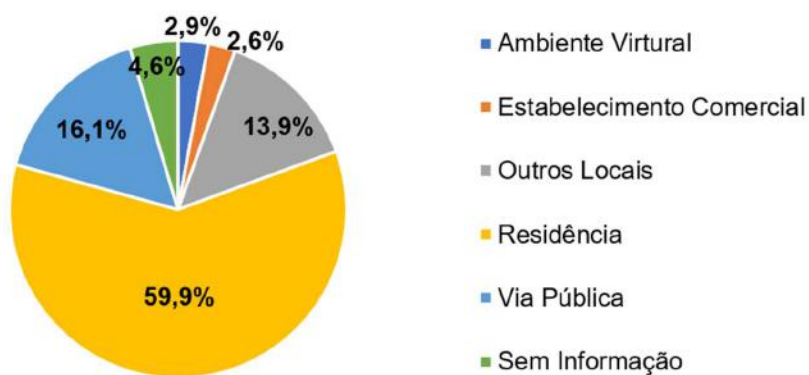
Tabela 1 – Quantitativo de mulheres vítimas segundo formas de violência e delito – estado do Rio de Janeiro – 2021

Formas de violência	Delitos	Total de vítimas	Nº de vítimas mulheres
Violência Física	Homicídio doloso	3.253	247
	Feminicídio		85
	Tentativa de homicídio	3.979	502
	Tentativa de feminicídio		264
	Lesão corporal dolosa	51.730	34.181
Violência Sexual	Estupro	5.110	4.429
	Tentativa de estupro	253	236
	Assédio sexual	201	189
	Violação sexual mediante fraude	66	61
	Importunação sexual	1.270	1.189
	Ato obsceno	237	151
Violência Psicológica	Ameaça	50.292	34.747
	Constrangimento ilegal	615	313
	Crime de perseguição	607	583
	Crime de perseguição contra mulher em razão do gênero	21	21
	Crime de violência psicológica contra a mulher	669	666
	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável	446	403
	Registro não autorizado da intimidade sexual	65	62
Violência Moral	Calúnia	3.846	1.730
	Difamação	3.789	2.391
	Injúria	27.882	21.655
Violência Patrimonial	Dano	4.952	3.020
	Violação de domicílio	410	265
	Supressão de documento	3.014	2.121

Fonte: Dossiê Mulher 2022

De acordo com a pesquisa conduzida pelo ISP, constatou-se que 59,9% dos delitos ocorreram nos domicílios das vítimas, como ilustrado no Gráfico 3. Esse percentual não sofreu influência do isolamento social causado pela pandemia de Covid-19, considerando que no ano de 2019, o quantitativo de delitos ocorridos dentro das residências alcançou a margem de 59,3%.

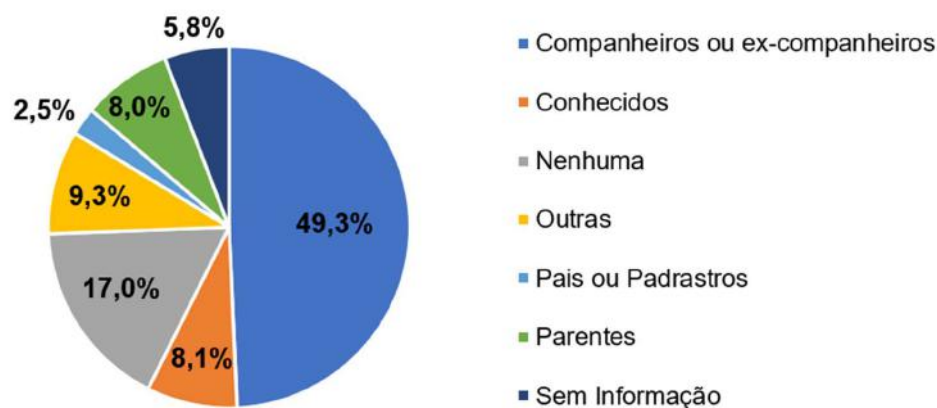
Gráfico 3 – Tipo de local onde mulheres foram vítimas no estado do Rio de Janeiro em 2021



Fonte: Dossiê Mulher 2022

Diante do número expressivo no dado anterior, pode-se supor que os agressores são indivíduos que mantêm uma relação próxima com a vítima, e essa suposição é confirmada no Gráfico 4. Segundo o Dossiê Mulher, a combinação das categorias “companheiros ou ex-companheiros”, “parentes” e “pais e padrastos” representam 59,8% dos casos.

Gráfico 4 – Tipo de relação entre vítima e autor no estado do Rio de Janeiro em 2021

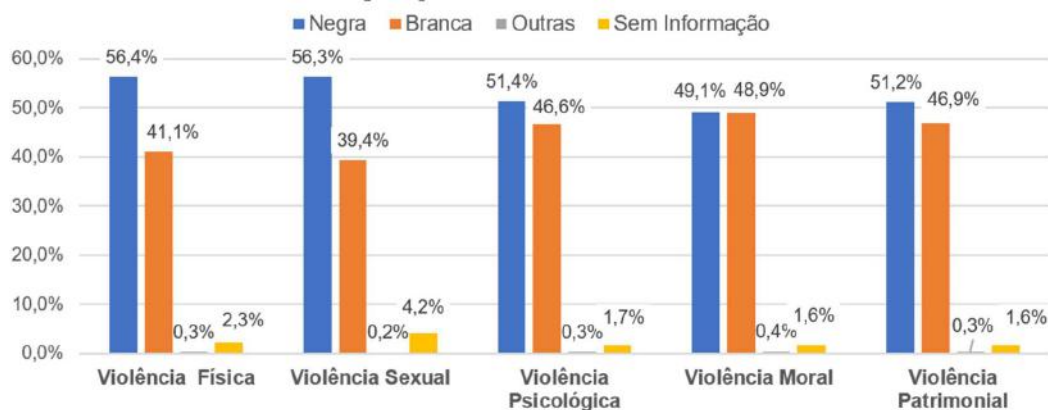


Fonte: Dossiê Mulher 2022

A análise do perfil das vítimas é fundamental para entender a questão da violência contra a mulher no nosso país, principalmente para o desenvolvimento de políticas públicas eficientes, que considerem não só as especificidades de como atuar no problema, mas as características e singularidades de cada grupo, para abarcar todas as mulheres.

O Dossiê relata que o padrão das vítimas não sofreu grandes alterações nos últimos anos. No Gráfico 5 é possível observar o perfil das vítimas por raça. O gráfico apresenta o somatório das mulheres “pardas” e “pretas” para determinar o total de vítimas negras, conceito de raça preconizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Devido ao baixo número de vítimas albinas, amarelas e indígenas, esses grupos foram agregados na categoria denominada "outras". É notável que as mulheres negras são as mais afetadas pela violência desde o primeiro levantamento de dados do ISP, conforme demonstrado na Tabela 2.

Gráfico 5 – Perfil racial das vítimas por tipo de violência no estado do Rio de Janeiro em 2021



Fonte: Dossiê Mulher 2022

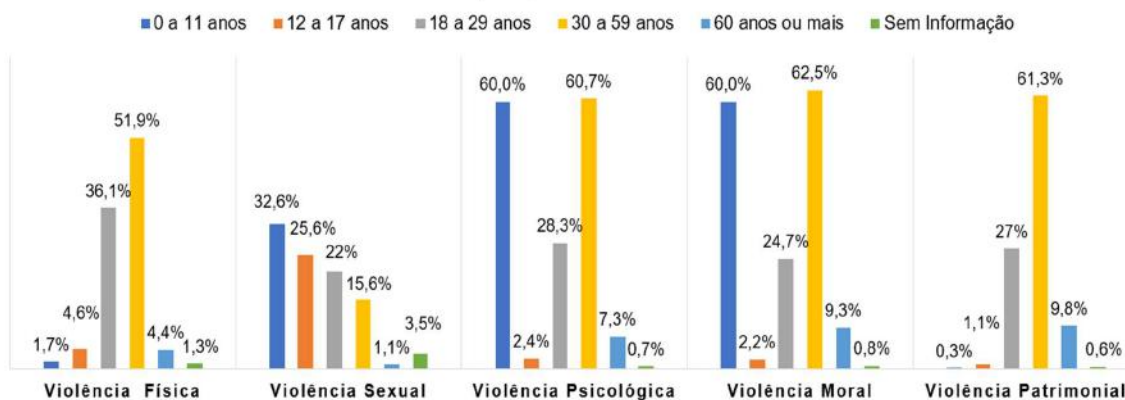
Tabela 2 - Perfil racial das mulheres vítimas de violência entre 2014 e 2021 no estado do Rio de Janeiro (valores percentuais)

Forma de violência	Cor/perfil racial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Violência Física	Branca	43,0%	43,2%	43,2%	43,7%	43,5%	41,9%	41,3%	41,1%
	Negra	55,4%	55,2%	54,6%	53,4%	54,1%	55,6%	55,9%	56,4%
	Outras	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%
	Sem informação	1,4%	1,4%	1,9%	2,7%	2,2%	2,3%	2,6%	2,3%
Violência Sexual	Branca	38,9%	39,5%	41,0%	40,6%	40,9%	40,9%	39,2%	39,4%
	Negra	55,0%	54,8%	52,4%	53,7%	53,6%	53,7%	55,9%	56,3%
	Outras	0,2%	0,2%	0,3%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%
	Sem informação	5,9%	5,5%	6,3%	5,6%	5,3%	5,4%	4,7%	4,2%
Violência Psicológica	Branca	46,9%	47,2%	47,7%	48,0%	47,6%	46,0%	45,6%	46,6%
	Negra	51,9%	51,5%	50,6%	49,8%	50,4%	52,0%	52,0%	51,4%
	Outras	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%
	Sem informação	1,0%	1,1%	1,5%	2,0%	1,8%	1,8%	2,1%	1,7%

Fonte: Dossiê Mulher 2022

O Gráfico 6 exibe o quantitativo de vítimas segmentado por faixa etária. Observa-se que mulheres entre 30 e 59 anos são as que mais sofrem violência por condição do seu gênero em todas as categorias de violência, exceto nos casos de violência sexual, em que o grupo mais afetado consiste em meninas de 0 a 11 anos.

Gráfico 6 – Perfil etário das mulheres vítimas por tipo de violência no estado do Rio de Janeiro em 2021



Fonte: Dossiê Mulher 2022

2.3 Quando denunciar não é uma saída

Embora o Estado promova a denúncia como uma via eficaz para o fim da violência, esta medida pode não ser tão efetiva quanto se propaga, considerando os casos em que a mulher formaliza mais de uma queixa contra o mesmo agressor. As estatísticas apresentadas referem-se apenas às vítimas que conseguiram registrar a ocorrência. Entretanto, existem aquelas que estão ou são impossibilitadas devido a fatores como: medo de vingança do agressor; dependência financeira da vítima ao agressor; falta de apoio do ciclo social, familiar ou religioso⁴; residir em locais dominados por grupos paramilitares⁵; negligência dos órgãos de segurança pública; dependência emocional; falta de informações sobre a rede de enfrentamento. Nesse contexto, se faz necessária a formulação de novas estratégias que possibilitem a vítima romper a relação abusiva.

3 O BANCO DA PROVIDÊNCIA E O PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

O Banco da Providência (BP) é uma organização social sem fins lucrativos que atua há mais de sessenta anos no combate à desigualdade social e defesa de direitos de jovens e adultos que vivem em situação de pobreza extrema no município do Rio de Janeiro. A Instituição contribui para o alcance dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” da Agenda 2030,

⁴ Desaprovação da separação em instituições religiosas e os pensamentos “o que Deus uniu o homem não separa” e “o amor supera tudo”.

⁵ Locais dominados pelo tráfico e milícia dificultam a proteção da mulher e vigilância do agressor pelo Estado.

uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), atuando com foco em seis objetivos: (1) Igualdade de Gênero; (2) Erradicar a Pobreza; (3) Educação de Qualidade; (4) Trabalho Decente e Crescimento Econômico; (5) Reduzir Desigualdades e (6) Parcerias e Meios de Implementação (BANCO DA PROVIDÊNCIA, 2023).

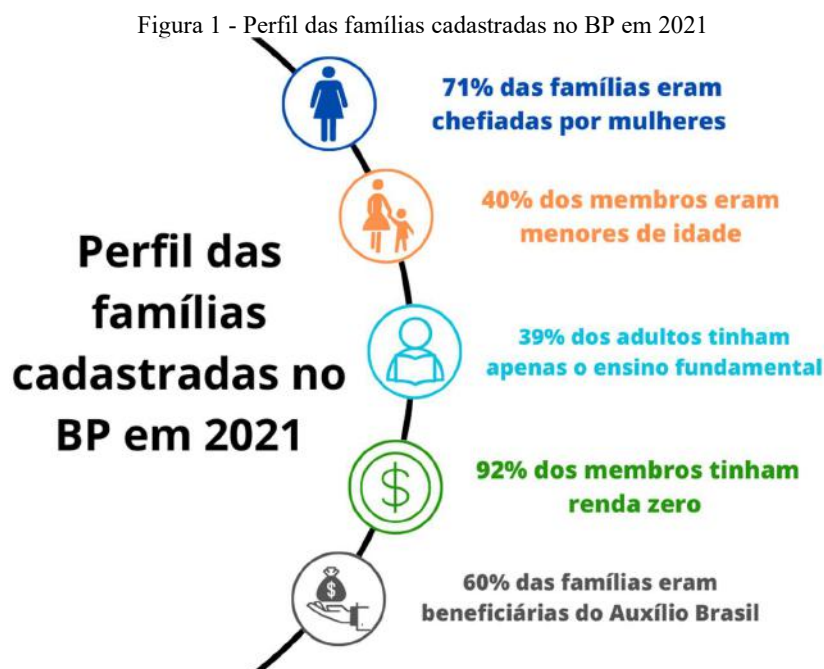
De acordo com informações do Banco da providência (2023), a instituição tem como missão contribuir coletivamente para a redução da desigualdade social e promover o desenvolvimento de jovens, adultos e famílias residentes nas comunidades do município do Rio de Janeiro, por meio de acolhimento, capacitação para o trabalho, geração de renda e fortalecimento das lideranças locais. O BP tem como visão ser reconhecido como instituição que: promove acesso aos direitos humanos e sociais em parceria com atores locais; que contribui na formulação de políticas públicas e dissemina a cultura de gestão. A Instituição tem como valores: (1) o reconhecimento da dignidade da pessoa humana; (2) aceitação da diversidade; (3) crença na capacidade humana de progredir; (4) solidariedade pessoal e social e (5) ética e transparência nos relacionamentos (BANCO DA PROVIDÊNCIA, 2023).

Entre 2017 e 2020, o BP recebeu o prêmio “Melhores ONGs”, uma iniciativa do Instituto Doar, que classifica as cem melhores ONGs do Brasil anualmente. Em 2018, o Instituto Doar certificou o BP com conceito A+ em “Padrão de Gestão e Transparência do Terceiro Setor” e concedeu o selo “ONG Transparente” à Instituição. Em 2021, o BP ganhou o “Prêmio Educação Financeira Transforma”, do Instituto XP, e no ano de 2022, foi vencedor do “Prêmio LED – Luz na Educação”, na categoria Educação Profissional (BANCO DA PROVIDÊNCIA, 2023).

3.1 O Programa de Inclusão Social e Produtiva e a metodologia das 3 Fases

O Programa de Inclusão Social Produtiva (PISP) do Banco da Providência foi desenvolvido para contribuir com a redução da desigualdade social por meio do desenvolvimento humano e capacitação para geração de trabalho e renda (BANCO DA PROVIDÊNCIA, 2023). Os participantes do Programa encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e, em sua grande maioria, são encaminhados ao BP pelos CRAS de comunidades em que ele atua. O Banco da Providência tem foco em grupos familiares, sendo assim, o indivíduo que tem interesse em participar do projeto, fornece dados da renda gerada por todos os moradores da casa onde reside. Esse indivíduo, intitulado pelo Programa de “referência”, se compromete a atualizar a equipe do BP sobre mudanças na renda durante o tempo em que estiver cadastrado no projeto, assim, sendo possível o monitoramento

das metas de resultado. De acordo com uma análise dos relatórios anuais do BP, feita por este trabalho, o perfil das famílias não costuma ser diferente com o passar dos anos. Segundo a Agência IBGE Notícias (2022), no ano de 2021, cerca de 62,8% das pessoas que vivem em domicílios chefiados por mulheres solteiras e com filhos menores de 14 anos, estavam abaixo da linha de pobreza e esse dado vai de encontro com o perfil das famílias cadastradas no Programa do Banco da Providência, conforme a Figura 1 apresenta.



Fonte: Relatório Anual 2021 Banco da Providência (2021)⁶

O PISP, segue como diretriz a Metodologia das 3 Fases (M3F). Essa metodologia foi desenvolvida em 2003 e é certificada como uma tecnologia social⁷ pela Fundação Banco do Brasil desde 2019. Segundo Linhares e Pongeluppe (2019), após a expansão do BP devido à alta demanda por projetos na área do assistencialismo no Brasil, no final dos anos 90, a Instituição passou por uma crise financeira e recebeu auxílio da Fundação Brava. Juntas, as organizações definiram um plano estratégico e realizaram a capacitação da equipe do BP. A partir desse momento foi notada a necessidade do desenvolvimento de uma metodologia estruturada e objetiva que pudesse inspirar políticas públicas com baixo custo, alta efetividade e ganho para a sociedade como um todo.

⁶ Infográfico elaborado com dados extraídos do “Relatório Anual 2021 Banco da Providência”.

⁷ Conjunto de técnica transformadoras aplicadas na interação com a comunidade e que visa soluções para as questões sociais.

A M3F oferece uma formação em três fases que desenvolve habilidades socioemocionais, capacitação profissional e uma formação empreendedora. Todas as fases da metodologia são realizadas através de parcerias com o setor público ou privado. A Fase 1 é em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, a Fase 2 com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Fase 3 com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Sendo assim, segundo Linhares, Nascimento e Ramires (2021), essa tecnologia social faz parte de um modelo que conecta políticas públicas e instituições do primeiro e segundo setor da economia, formando uma estratégia sustentável que gera resultados relevantes de inclusão social produtiva.

Na Fase 1, também chamada de Fase de Desenvolvimento Humano, são desenvolvidas habilidades socioemocionais, como por exemplo: (1) capacidade de comunicação; (2) construção de imagem positiva; (3) autoconfiança; (4) determinação; (5) superação de obstáculos; (6) autovalorização; (7) postura e (8) criação de soluções cooperativas (LINHARES; PONGELUPPE, 2019). Essa fase é composta por 10 encontros de três horas de duração cada, e, a partir do quinto encontro, em que se aborda o mercado de trabalho, é permitido a participação dos demais familiares (LINHARES; PONGELUPPE, 2019). Nessa fase, os alunos desenvolvem o “Plano de Atitudes”, um documento que reflete os objetivos do participante e o que deve ser feito para realizá-los, servindo de fio condutor para as mudanças positivas em sua vida (NASCIMENTO; LINHARES, 2018).

Após a conclusão da Fase 1 os aprovados escolhem o curso de capacitação e são direcionados a próxima etapa do programa. No ano de 2021, segundo o Relatório Anual do BP, do mesmo ano, foram ofertados os cursos nas áreas de beleza, moda, gastronomia, e serviços de refrigeração e elétrica.

Na Fase 2, também denominada de Fase de Capacitação Profissional, os cursos profissionalizantes são realizados no Centro de Capacitação do BP no bairro Realengo, município do Rio de Janeiro/RJ. Nessa fase também é oferecida uma formação empreendedora em que os participantes aprendem a: (1) elaborar um plano de negócio; (2) fazer a gestão financeira; (3) criar estratégias de vendas e (4) experimentar na prática a rotina de empreender. Os participantes aprovados que apresentam um bom plano de negócio, recebem um kit ferramental com os equipamentos básicos para que consigam iniciar os seus trabalhos.

A Fase 3, conhecida como Fase de Geração de Trabalho e Renda, é uma etapa opcional do PISP. Os candidatos que foram apoiados com o kit ferramental realizam mentorias para a aprendizagem de estratégias de diferenciação de produto/serviço, educação financeira, e, além disso, para a absorção na prática do comportamento empreendedor. Os encontros são realizados

mensalmente durante 06 meses com consultores do Sebrae. Oficinas de Formação Complementar também são oferecidas para acompanhar quem está gerando renda via trabalho informal.

A M3F tem duração de nove meses, durante todo o período, o BP auxilia na permanência dos participantes levando em consideração o perfil socioeconômico deles. O programa oferece refeições leves e vale-transporte aos participantes para facilitar a frequência nas atividades de capacitação. Devido à baixa escolaridade dos participantes, o método de ensino enfatiza atividades práticas (LINHARES; PONGELUPPE, 2019). E com o intuito de motivar o progresso dos alunos, o BP organiza uma formatura no fim de cada fase do PISP.

3.2 Avaliação de impacto da metodologia das 3 Fases

Para analisar a eficácia da Metodologia a equipe do Banco da Providência, em parceria com Leandro Simões Pongeluppe, da Universidade de Toronto, realizou uma avaliação de impacto cujos resultados mostraram que os participantes obtiveram melhorias significativas em termos socioemocionais, além de expressiva melhora em sua condição de renda. Um aspecto importante da avaliação foi a comprovação da possibilidade de testar projetos em pequena escala, e apurar, com baixo custo, o seu impacto antes de escalá-los para uma política pública, evitando comprometimento de orçamento público (LINHARES; PONGELUPPE, 2019). Os resultados da avaliação foram apresentados no seminário "Empreendedorismo na base da pirâmide: Inovação social, colaboração e desafios", organizado pela Casa Firjan em 2019.

3.3 Resultados do Programa de Inclusão Social Produtiva no ano de 2021

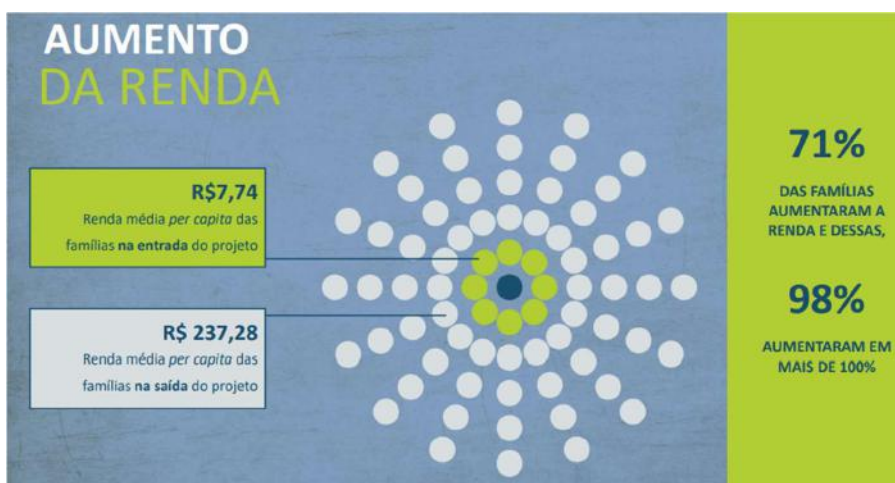
No ano de 2021, das 904 famílias inscritas nas quatro comunidades no Rio de Janeiro - Maré, Cidade de Deus, Penha e Vila Kennedy, - 71% passaram a gerar renda, e 98% desse percentual aumentou a renda em mais de 100%. Das famílias inscritas, 65% superaram o indicador de pobreza extrema⁸ e 50% superaram o valor do Auxílio Brasil, que no ano de 2021 era de R\$400,00 (quatrocentos reais) mensais (LINHARES; NASCIMENTO; RAMIRES, 2021). Na Fase 2 foram formadas 749 pessoas nos cursos oferecidos e 245 se formaram no Curso Básico de Empreendedorismo, Fase 3, ao qual houve investimento em 80

⁸ O Banco Mundial define o valor per capita de R\$168,00 reais mensais como linha de extrema pobreza (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2022).

microempreendedores. Levando em consideração que o foco do Banco da Providência é na família, ao todo, 2.969 pessoas foram beneficiadas, ou seja, se o membro participante do PISP aumentou a renda familiar, os outros familiares também se beneficiam (LINHARES; NASCIMENTO; RAMIRES, 2021).

As Figuras 2 e 3 mostram o impacto do Programa de Inclusão Social e Produtiva na vida das famílias e na economia, em valor monetário.

Figura 2 – Aumento da Renda dos participantes de 2021



Fonte: Relatório Anual 2021 Banco da Providência (2021)

Figura 3- Impacto da mudança de renda na sociedade



Fonte: Relatório Anual 2021 Banco da Providência (2021)

Além do PISP, no ano de 2021, o Banco da Providência deu continuidade ao Projeto Agência Jovem, que busca preparar e incluir jovens no mercado de trabalho, com idade entre 18 e 24 anos, que estejam cursando ou já tenham concluído o ensino médio na rede pública de ensino. No mesmo ano, o BP lançou o Programa (Re)conquista em parceria com a Stone e o instituto Phi, com o objetivo de capacitar outras organizações sociais na Metodologia das 3 Fases, a fim de multiplicar o impacto à outras regiões do país e, assim, contribuir para o aumento do número de empreendedores vindos da base da pirâmide social (LINHARES; NASCIMENTO; RAMIRES, 2021). Por fim, o Banco da Providência firmou parceria com dois governos estaduais. Primeiramente, com o Estado de São Paulo, participando da formulação do Programa Próspera Família e capacitando mais de 200 técnicos com a M3F. No fim de 2021, estabeleceu parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro no Programa Desenvolve Mulher.

3.4 Vozes do Projeto

Durante minha experiência como estagiária do Banco da Providência, pude presenciar as transformações proporcionadas pelo projeto na vida das participantes, as quais se evidenciavam nos depoimentos realizados durante as cerimônias de formatura das Fases. Mulheres emanavam imensa alegria e orgulho, impulsionadas pela oportunidade de vislumbrar novos horizontes a partir daquela formação.

No *site* do BP, é possível encontrar vídeos de depoimentos dos participantes, que compartilham suas vidas antes e depois de sua experiência com o PISP. Ao assistir, percebe-se que o ganho de autoestima é a mudança mais relatada pelos participantes. As aulas da Fase 1, aliadas à capacidade de geração de renda, não só influenciaram no poder de compra das participantes, mas também proporcionaram um desenvolvimento pessoal significativo para essas mulheres.

Com o fim de aprofundar os resultados deste trabalho, realizou-se entrevistas com duas colaboradoras do projeto, que atuam em contato direto com as participantes. A entrevistada identificada como IC revelou que, no início do PISP, ao abordar a temática “família” durante a Fase 1, surgiam muitos relatos de violência doméstica. Diante disso, a equipe do BP decidiu criar um eixo dentro da temática para tratar do assunto, visando conscientizar, prevenir e auxiliar as vítimas a superar essa circunstância. Ademais, a instituição estabeleceu parcerias com órgãos públicos especializados no atendimento às mulheres vítimas de violência, como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção a Mulher e a Casa da Mulher Carioca. A

entrevistada 1C ainda complementou que os relatos têm se tornado cada vez mais recorrentes, “Para você ter uma ideia, eu participei de uma das aulas da Fase 1, de um grupo de 30 mulheres, 5 mulheres relataram que sofrem violência doméstica então elas se sentiram confortáveis e a gente também, dentro do nosso programa procura criar espaços onde elas possam sentir confortáveis e seguras para que elas possam trazer as suas dores e as suas questões relacionadas a isso também.”

Para Paiva (1999 apud PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018, p.14) a necessidade de proventos faz com que as mulheres vítimas permaneçam nesses relacionamentos abusivos, mostrando que a dependência financeira é um fator que corrobora para a manutenção dessas relações. A entrevistada 2C relata: “e aí quando eu trouxe a questão do empreendedorismo, que aí a gente traz “por que que você quer empreender?” “A porque eu quero ser independente, eu quero ter o meu dinheiro, eu quero poder comprar minhas coisas” então esse discurso é muito frequente né?! E aí, muitas relatam inclusive que não tem o apoio da família. Uma delas até citou, falou assim “Ah 2C, é porque eu faço bolo e aí meu marido “aí você vai conseguir vender isso nada! Você não vai vender isso! Isso aí não tá bom!” então, ela falando assim sabe?! Com aquele peso, sabe?! De poxa vida, a minha família não me apoia, não acredita em mim. Então esse discurso é muito frequente em relação ao empreendedorismo né, porque é um momento em que elas precisam confiar nelas, elas precisam tá seguras né, e muitas vezes a família não contribui né.”

Ao longo da entrevista, indagou-se sobre o procedimento adotado quando havia conhecimento de que uma aluna estava sofrendo violência doméstica. A entrevistada 2C confirmou que, nesses casos, a vítima era devidamente orientada. Quando um caso chegava diretamente a ela, a assistente social era prontamente acionada, já que estas profissionais estabelecem um vínculo com as alunas durante a Fase 1, “A gente orienta sim né, na questão básica, mas, aquelas orientações: qual equipamento buscar? O que fazer? Como fazer? Horários, proximidade... Isso tudo, é a assistente social que tá na localidade que, muitas vezes já fez até, porque quando elas fazem aquela aula do eco mapa, que elas levantam todas as instituições, o que cada instituição faz, isso também a assistente social tem muito ali na mão né, para ela poder utilizar.” e complementa “quando existe algum tipo de questão que elas trazem né, que elas estão mais fragilizadas, mais mobilizadas, o meu papel é de acolher, de ouvir né, mas eu não faço nenhuma intervenção, eu optei por trazer né a assistente social para poder assumir esse papel, tá?!”. Francisquetti, (1999 apud PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018, p.14) destaca a complexidade que envolve a decisão de uma mulher em sair de uma relação abusiva. É fundamental que ela encontre um espaço de escuta empático e isento

de julgamentos. Ainda que o BP não seja uma instituição especificamente direcionada a mulheres em situação de violência, a maneira humanizada e íntegra com que realizam seu trabalho, assim como a decisão de incorporar a temática da violência em seu cronograma de aulas, evidencia sua responsabilidade perante essa grave questão social. A entrevista 1C compartilhou um relato que ilustra bem esse cenário: “como no ano passado por exemplo, uma das nossas alunas do curso de bolos e tortas que foi vítima de uma facada e não pode dar continuidade ao curso em função desse processo de recuperação e cuidados, né?! Mas a gente tem buscado fazer esse acompanhamento de perto, acionar a rede parceira, mas ainda é um dificultador porque o abalo emocional é muito grande, né?!”. A seguir, a declaração da colaboradora 2C retrata a empatia e suporte proporcionados pela equipe, buscando assegurar que as alunas consigam concluir a formação, diante dos desafios das atribuições maternas: “a gente tem um nível de evasão muito baixo perto de “N” outros programas que existem, e aí as pessoas pergunta né, o que é que a gente atribui a essa questão, e aí é em função desse atendimento diferenciado que a gente faz, então muitas vezes aquela pessoa “Ah, eu não tive com quem deixar meu filho então eu não vou, vou perder, não vou mais, vou perder meu certificado...” a gente busca trazer essa pessoa né, para que ela consiga finalizar aquele ciclo de toda forma. Então a gente não mede esforços para que aquela participante não tenha essa questão né “Ah, eu vou desistir por causa do meu filho, eu vou desistir por causa de uma gravidez ou vou desistir porque eu cuido dos meus pais” então, a gente procura de toda forma trazer né uma alternativa para que ela consiga chegar até o final tá.”.

As colaboradoras foram questionadas se grande parte das evasões são relacionadas às responsabilidades atribuídas a condição de gênero, como gravidez, cuidados com os filhos, familiares idosos ou enfermos. Ambas as entrevistadas confirmaram, destacando que a falta de uma rede de apoio é um complicador na vida das mulheres. Diante disso, 1C apresenta: “Mais o cuidado com os filhos, especificamente a falta de uma rede de apoio no cuidado com os filhos. Muitas vezes elas dependem muito só da rede escolar ou de creche, então essa situação de não ter, na verdade, uma rede de apoio nesse processo do cuidado com os filhos para que elas possam vir fazer o curso, na sua grande maioria, é um dos nossos dificultadores aí para combater as desistências e evasões delas sim. Então, esse cuidado que é muito característico do gênero feminino, com os filhos e com a casa, isso gera realmente um dos maiores motivos de evasão aqui nas nossas fases e principalmente na Fase 2 que é a fase de capacitação profissional.” E 2C complementa “[...] quando elas começam a ver a intensidade do Programa, que elas precisam ficar muitas vezes 4 horas ou o dia inteiro em Realengo, e aí essas questões começam a ficar mais difíceis para elas porque aí aquela rede de apoio muitas vezes a pessoa que ia ficar

(com as crianças) não quer ficar, não quer ficar o dia todo, então essas questões acabam surgindo um pouco mais, né”.

Por fim, reiterando o que foi mencionado sobre o aumento da autoestima e da autoconfiança das alunas após ingressarem no projeto, a fala a seguir explica esse fenômeno: “O nosso programa quando ele foi pensado, é claro que o objetivo é que elas possam através da geração de renda né, [...] melhorar a qualidade de vida da família, que elas possam contribuir para uma melhoria né, nessa qualidade. Mas o nosso programa ele tem um diferencial, porque não é só gerar renda, né. Todo o Programa, na Fase 1 principalmente, leva a um desenvolvimento humano, um olhar para si mesmo. A gente tem todo um trabalho onde elas podem desenvolver as habilidades socioemocionais então, aspectos como: o desenvolvimento da autoestima, a valorização dela enquanto mulher, enquanto pessoa, autoconhecimento, desenvolvimento de autonomia com a sensação de pertencimento”. Este relato indica que o Programa ultrapassa a geração de renda, e essa ação de empoderamento é de suma importância para mulheres vítimas de violência, pois, conforme Miller (1999 apud PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018, p.19) “Para tentar suportar essa realidade (violência), a mulher precisa abdicar não somente de seus sentimentos, mas também de sua vontade. Com isso, ela passa a desenvolver uma autopercepção de incapacidade, inutilidade e baixa autoestima pela perda da valorização de si mesma e do amor-próprio, sendo essas, portanto, algumas das consequências emocionais produzidas pelo permanecer em um relacionamento abusivo”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alarmantes dados anuais de denúncias de violência contra a mulher, infelizmente, não retratam a realidade em sua totalidade, considerando que muitas vítimas não chegam a realizar o registro de ocorrência. O padrão das vítimas de violência doméstica permaneceu inalterado, com as mulheres negras representando o maior percentual. Fatores históricos como o longo período de escravidão, a falta de apoio governamental à população negra após a abolição, e as reformas higienistas que o Rio de Janeiro sofreu, levou a população negra à margem da sociedade e ocasionou o surgimento de favelas e periferias. Diante disso, podemos considerar que parte dessas mulheres vítimas de violência, residem nesses locais precarizados e carentes da mão do Estado, locais estes onde o Banco da Providência busca ser um agente de mudança. Apesar do BP não ser caracterizado como uma instituição voltada para mulheres vítimas de violência, ao perceber os constantes relatos de alunas em relações abusivas, a entidade incluiu a temática em seu cronograma de aulas e estabeleceu parcerias com órgãos

voltados ao tema, afirmando sua responsabilidade no combate à violência e desigualdade de gênero.

Tendo em vista que a maioria de pessoas inscritas no PISP anualmente foram mulheres, evidencia a força de vontade delas em mudar a sua realidade, mas também a necessidade de auxílio para conseguir dar esse passo. A sensibilidade demonstrada pelo BP ao estudar as necessidades e limitações de suas participantes, desenvolver estratégias de prevenção à evasão e fortalecer a relação aluna e instituição, tem possibilitado a centenas de mulheres uma nova perspectiva de vida diante das mudanças que a geração de renda proporciona.

Com base no conteúdo apresentado, pode-se afirmar que o investimento em política de geração de renda contribui no empoderamento feminino e autonomia da mulher. Esses resultados podem não apenas prevenir a violência doméstica, mas também auxiliar no rompimento de relações abusivas. Pois, uma mulher que tem autoconhecimento, autodeterminação, confiança em si mesma e a capacidade de agir e tomar decisões conforme sua vontade, tem menos chances de se submeter à violência, ou, caso se encontre em tal situação, terá maior facilidade para romper com ela, uma vez que não dependerá do agressor para sua subsistência.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- BANCO DA PROVIDÊNCIA. **Histórias de Transformação.** Disponível em: <https://www.bancodaprovidencia.org.br/depoimentos>. Acesso em: 27 mai. 2023.
- BANCO DA PROVIDÊNCIA. **Projetos.** Disponível em: <https://www.bancodaprovidencia.org.br/projetos>. Acesso em: 4 mar. 2023.
- BANCO DA PROVIDÊNCIA. **Quem Somos.** Disponível em: <https://www.bancodaprovidencia.org.br/quemsomos>. Acesso em: 3 mar. 2023.
- BANCO DA PROVIDÊNCIA. **Realizações.** Disponível em: <https://www.bancodaprovidencia.org.br/single-post/2019/08/29/a-metodologia-das-3-fases-agora-%C3%A9-certificada-como-uma-tecnologia-social>. Acesso em: 4 mar. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 7-149.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Metodologia das 3 Fases.** Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/metodologia-das-3-fases>. Acesso em: 4 mar. 2023.
- LINHARES, Clarice; NASCIMENTO, Terezinha; RAMIRES, Cinthia (org.). **Relatório Anual 2021.** Rio de Janeiro: Banco da Providência, 2021. 40 p. Disponível em: https://www.bancodaprovidencia.org.br/_files/ugd/c00d30_07300877af894766991282a484db1d8a.pdf. Acesso em: 11 fev. 2023.
- LINHARES, Clarice. PONGELUPPE, Leandro Simões. Empreendedorismo na base da pirâmide: inovação social, colaboração e desafios. Rio de Janeiro: Casa FIRJAN, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PNT2i9qjrMQ&t=5938s>>. Acessado em: 11 de Mar. de 2023.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. **Tecnologia Social.** Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html#:~:text=Tecnologia%20Social%20%C3%A9%20entendida%20como,Debate%20%2D%20Tecnologia%20Social%20no%20Brasil. Acesso em: 3 jun. 2023.
- NASCIMENTO, Terezinha; LINHARES, Clarice. **Agenda Positiva:** inovações na superação de indicadores de pobreza extrema. Rio de Janeiro: Banco da Providência, 2018. 36 p. Disponível em: https://issuu.com/bancodaprovidencia/docs/final_relato_riooanual2018_web-bp. Acesso em: 12 fev. 2023.

OLIVEIRA, Elisângela; PEREIRA, Camilla; MEDEIROS, Carolina; MOREIRA, Nathalya; MARQUES, Priscila; FIGUEIREDO, Taís; CARDOZO, Vanessa. **Dossiê Mulher 2022**. 17. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2022. 214 p. Disponível em: <https://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=212>. Acesso em: 18 mar. 2023.

PEREIRA, Daniely Cristina de Souza; CAMARGO, Vanessa Silva; AOYAMA, Patricia Cristina Novaki. Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 20, p. 9-25, 2018. Disponível em: <https://rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/1026>. Acesso em: 25 fev. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista com colaboradoras do Banco da Providência

Meu nome é Victoria Coutinho e estou realizando essa pesquisa qualitativa para o meu trabalho de conclusão de curso da Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Essa entrevista tem como objetivo analisar a importância da política de geração de renda na vida de mulheres vítimas de violência, a fim de auxiliá-las a sair do relacionamento abusivo por meio da independência de financeira. As respostas serão utilizadas na monografia com a devida autorização das participantes.

1. Durante a sua experiência como coordenadora de uma das fases do Programa de Inclusão Social e Produtiva, no Banco da Providência, você teve contato com mulheres vítimas de violência doméstica? Se sim, como tomou conhecimento dessa informação? Foi dada alguma orientação para a vítima?

Colaboradora 1: “Hoje o Programa está voltado para atender mulheres com o perfil de pobreza Extrema né, de vulnerabilidade social. E já há 20 anos que o programa ele tem esse viés de potencializar a geração de renda através da capacitação profissional e contribuir para a redução dessa pobreza nessa população que a gente atende. Durante a minha experiência como coordenadora de projetos sociais aqui, a gente vinha observando ao longo do programa que quando a gente trabalhava a temática “família”, que é uma das temáticas trabalhadas pelas assistentes sociais na Fase 1, surgiam muitas questões relacionadas à violência doméstica por parte dessas mulheres né, que elas traziam muito né, e era uma temática que mobilizava bastante. Então, a equipe ao longo do Programa percebeu a necessidade de se trabalhar mais especificamente essa temática junto à temática de “família”, então a gente criou um eixo da temática “família” voltada para a violência doméstica e, mais especificamente, na violência contra a mulher. E foi muito interessante porque é um tema cada vez mais necessário de se estar abordando, e a gente por não ser especialista nessa temática, a gente tem trabalhado nos últimos anos em parceria com instituições e órgãos que trabalham especificamente com essa temática. Então, todas as nossas mulheres que passam pelo programa, elas têm acesso à informação e também formas de enfrentamento. Hoje a gente tem uma parceria muito bacana com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção a Mulher, isso aqui representado pela Casa da Mulher Carioca, que tem um trabalho muito bacana de proteção e de enfrentamento e até de

informação com relação a essa temática da violência contra a mulher e eles têm sido um parceiro muito importante, porque eles trazem todas as informações e as possibilidades que essa temática tem para que as mulheres possam de certa forma estarem informadas e também saberem onde elas podem recorrer caso elas sofram algum tipo de violência. Então a gente tem essa experiência sim, e cada vez mais a gente vem tendo junto às nossas mulheres esses relatos. Para você ter uma ideia, eu participei de uma das aulas da Fase 1, de um grupo de 30 mulheres 5 mulheres relataram que sofrem violência doméstica, então elas se sentiram confortáveis e a gente também, dentro do nosso programa procura criar espaços onde elas possam sentir confortáveis e seguras para que elas possam trazer as suas dores e as suas questões relacionadas a isso também. Então o programa ele trata dessa forma essa temática da violência contra a mulher.”

Colaboradora 2: “A gente tem contato sim com essa questão das mulheres que são vítimas de violência. Inclusive, por exemplo, vou te dar um exemplo agora aqui está fresquinho na minha cabeça, a gente acabou de dar as aulas dos projetos de apoio na Fase 1, então, elas tiveram as aulas de violência doméstica né, as aulas sobre família, então esse tema está muito em ebulição né, e aí quando eu trouxe a questão do empreendedorismo, que aí a gente traz “por que que você quer empreender?” “A porque eu quero ser independente, eu quero ter o meu dinheiro, eu quero poder comprar minhas coisas” então esse discurso é muito frequente né?! E aí, muitas relatam inclusive que não tem o apoio da família. Uma delas até citou, falou assim “Ah Cláudia (nome fictício), é porque eu faço bolo e aí meu marido “ai você vai você conseguir vender isso nada! Você não vai vender isso! Isso aí não tá bom!” então, ela falando assim sabe?! Com aquele peso, sabe?! De poxa vida, a minha família não me apoia, não é não acredita em mim. Então esse discurso é muito frequente em relação ao empreendedorismo né, porque é um momento em que elas precisam confiar nelas, elas precisam tá seguras né, e muitas vezes a família não contribui né. Então, acho que esse exemplo que a gente teve agora em Campo Grande foi bem assim, característico, para você ter uma ideia do que elas relatam pra gente né. Em relação às orientações, como a gente tem né, no Programa, as assistentes sociais, quando isso acontece né, eu opto por colocar a assistente social no circuito, porque como elas desenvolve esse vínculo muito forte com as assistentes sociais, eu trago a assistente social pra que ela possa prestar essas orientações. A gente orienta sim né, na questão básica, mas, aquelas orientações: qual equipamento buscar? O que fazer? Como fazer? Horários, proximidade... Isso tudo, é a assistente social que tá na localidade que, muitas vezes já fez até, porque quando elas fazem aquela aula do eco mapa, que elas levantam todas as instituições, o que cada instituição faz, isso também a assistente social tem muito ali na mão né, para ela poder utilizar.

Por isso é que eu não faço nenhum tipo de intervenção né, até porque, por exemplo, o objetivo do empreendedorismo também não é tocar nesses aspectos, apesar até da minha formação ser né psicologia, quando existe algum tipo de questão que elas trazem né, que elas estão mais fragilizadas, mais mobilizadas, o meu papel é de acolher, de ouvir né, mas eu não faço nenhuma intervenção, eu optei por trazer né a assistente social para poder assumir esse papel, tá?!”

2. Essas mulheres (vítimas de violência) foram até que Fase do Programa? Caso tenham desistido durante o processo de alguma das Fases, o motivo foi revelado? Se sim, foi algo relacionado à situação de violência ou ao agressor?

Colaboradora 1: “Isso é muito relativo. Nós tivemos mulheres que foram até o final do Programa, conseguiram, de certa forma, enfrentar a questão da violência, do relacionamento abusivo, conseguiu assessoria e apoio jurídico e conseguiu se livrar desse relacionamento e concluiu a fase, conseguiu colocação no mercado. Mas também nós já tivemos mulheres como no ano passado por exemplo, uma das nossas alunas do curso de bolos e tortas que foi vítima de uma facada e não pode dar continuidade ao curso em função desse processo de recuperação e cuidados, né?! Mas a gente tem buscado fazer esse acompanhamento de perto, acionar a rede parceira, mas ainda é um dificultador porque o abalo emocional é muito grande, né?! E aí elas acabam muitas vezes, até por falta de opção ou de uma rede de apoio, não conseguir conciliar todas essas demandas e ainda conciliar com a questão do curso. Mas a gente teve sim algumas pessoas que conseguiram, apesar disso, finalizarem todo o programa, como a gente também tem algumas pessoas que infelizmente não conseguem. Então acaba sendo bem relativo essa resposta, né. Com relação a sua pergunta seguinte, caso tenham desistido durante o processo, o motivo foi revelado? Algumas vezes sim, mas pode acontecer delas não revelarem o motivo, especificamente por vergonha. Mas na maioria das vezes elas revelam sim, porque muitas vezes elas precisam sair do território para se ver livre daquela pessoa ou então ela tem que ir para a casa de algum parente, aí isso acaba inviabilizando ela de vir pro curso, e como a gente faz um acompanhamento das faltas e das evasões, muitas vezes o motivo é revelado sim, e muitas vezes o motivo é em função de fugir desse agressor né. Ter que sair do próprio território ou até mesmo mudar para a casa de algum parente para que ela possa ter mais segurança. E aí muitas vezes isso acarreta sim na evasão do curso por conta dessa mudança.”

Colaboradora 2: Sobre que fase do programa elas chegam, quando elas chegam para mim, elas já estão na Fase 2 eixo 2 que antes era a fase 3 né, então elas já passaram pela Fase 1, por aqueles 10 encontros né. Muitas vezes elas estão fazendo junto a capacitação e essas questões também aparecem né. Então, pode aparecer lá na Fase 1 né, nos projetos de apoio

como eu citei para você anteriormente ou né, já na Fase 2 quando elas estão ou no empreendedorismo ou na capacitação, tá?! Mas eu não me recordo de nenhum caso que a mulher tenha desistido do programa em função dessa questão da violência, eu não me recordo, tá?! Porque isso é um conhecimento tácito, porque isso não está registrado em lugar nenhum né, a gente não tem esses registros, mas o que a gente lembra se “Ah essa pessoa desistiu por causa da violência” eu não me não me recordo de nenhum caso como esse, me lembro até de uma aluna que era aqui de Realengo, que ela inclusive recebeu o kit, ela produziu e ela foi vítima de estupro, ela tinha 3 filhos né, um de cada situação como essa. Então era uma situação assim muito evidente né, e aí ela foi até o final. Então esse caso que pra gente foi assim emblemático no sentido dessa gravidade de tudo isso, e ela acabou indo até o final, eu não me recordo de ninguém que tenha desistido tá bom?!”

3. Pode-se dizer que os motivos de evasão das alunas do projeto (independentemente de estar ou não em situação de violência) são, em sua maioria, por conta das responsabilidades atribuídas a sua condição de gênero, tais como gravidez, cuidado com os filhos, familiares idosos ou doentes?

Colaboradora 1: “Sim! Eu posso falar isso para você com toda a certeza porque, não especificamente por conta da gravidez, a gente já teve algumas alunas grávidas é um percentual muito pouco não concluiu o curso em função da gravidez. Já aconteceu de não concluir porque o bebê nasceu durante o curso ou antecipou, mas isso foi uma eventualidade, não foi um motivo de impedimento que ela frequentasse o curso. Mas o cuidado com os filhos, especificamente a falta de uma rede de apoio no cuidado com os filhos. Muitas vezes elas dependem muito só da rede escolar ou de creche, então essa situação de não ter, na verdade, uma rede de apoio nesse processo do cuidado com os filhos para que elas possam vir fazer o curso, na sua grande maioria, é um dos nossos dificultadores aí para combater as desistências e evasões delas sim. Então, esse cuidado que é muito característico do gênero feminino, com os filhos e com a casa, isso gera realmente um dos maiores motivos de evasão aqui nas nossas fases e principalmente na Fase 2 que é a fase de capacitação profissional.”

Colaboradora 2: “Sobre a questão das evasões, sim, isso a gente tem porque a gente faz um levantamento né, e quando a gente entra em contato, a gente busca qual é o motivo pelo qual né existe a evasão ou existe a falta ou atraso né, e aí na maioria das vezes é em relação a essa questão mesmo das responsabilidades e aí o que a gente tem percebido, né? Quando elas não têm uma rede de apoio né mais forte, elas assumem às vezes o compromisso com a gente no início do Programa “Não, eu tenho com quem deixar meus filhos e tudo, eu tenho rede de

apoio”, mas quando elas começam a ver a intensidade do Programa, que elas precisam ficar muitas vezes 4 horas ou o dia inteiro em Realengo, e aí essas questões começam a ficar mais difíceis para elas porque aí aquela rede de apoio muitas vezes a pessoa que ia ficar (com as crianças) não quer ficar, não quer ficar o dia todo, então essas questões acabam surgindo um pouco mais, né. A gente tem essa coisa também de cuidados né familiares, às vezes né, o cuidado de um pai, de uma mãe que está doente, e aí elas acabam tendo que se afastar, mas também são casos muito raros porque na maioria, você lembra né?! A gente tinha até uns números que a gente é até questionado quando a gente apresenta, por exemplo, eu tive essa oportunidade de apresentar o projeto em outros estados e as pessoas perguntam em relação à evasão, e a gente tem um nível de evasão muito baixo perto de “N” outros programas que existem, e aí as pessoas pergunta né, o que é que a gente atribui a essa questão, e aí é em função desse atendimento diferenciado que a gente faz, então muitas vezes aquela pessoa “Ah, eu não tive com quem deixar meu filho então eu não vou, vou perder, não vou mais, vou perder meu certificado...” a gente busca trazer essa pessoa né, para que ela consiga finalizar aquele ciclo de toda forma. Então a gente não mede esforços para que aquela participante não tenha essa questão né “Ah, eu vou desistir por causa do meu filho, eu vou desistir por causa de uma gravidez ou vou desistir porque eu cuido dos meus pais” então, a gente procura de toda forma trazer né uma alternativa para que ela consiga chegar até o final tá.”

4. Levando em conta a sua experiência no banco da providência, conte sobre as mudanças que o ato de passar a gerar renda traz as mulheres.

Colaboradora 1: “O nosso programa quando ele foi pensado, é claro que o objetivo é que elas possam através da geração de renda né, da capacitação trabalho e geração de renda, que elas possam melhorar a qualidade de vida da família, que elas possam contribuir para uma melhoria né, nessa qualidade. Mas o nosso programa ele tem um diferencial, porque não é só gerar renda, né. Todo o Programa, na Fase 1 principalmente, leva a um desenvolvimento humano, um olhar para si mesmo. A gente tem todo um trabalho onde elas podem desenvolver as habilidades socioemocionais então, aspectos como: o desenvolvimento da autoestima, a valorização dela enquanto mulher, enquanto pessoa, autoconhecimento, desenvolvimento de autonomia com a sensação de pertencimento... Então, todos esses aspectos eles são trabalhados ao longo do programa. Então, além delas desenvolverem essas habilidades profissionais, que vão possibilitar a gerar renda e conseqüentemente a autonomia financeira ou até mesmo a contribuição para que aquela renda reverta em melhor qualidade de vida pra ela e pra família, tem os aspectos muito do desenvolvimento das habilidades sócio emocionais então essa mulher

ela além de desenvolver essas habilidades profissionais e de formação empreendedora, ela também desenvolve: autoconfiança, autonomia e capacidade de se comunicar melhor, mais confiança naquilo que ela se propõe a fazer, então, eu acho que o programa em si, ele vai um pouco além né do só do “gerar renda”. Ele é um programa que também contribui pra formação humana e fortalecimento dessas habilidades socio emocionais para essas mulheres também.”

Colaboradora 2: “Gerar renda para elas é sinônimo de empoderamento né, de autonomia, de independência, de autoestima né. Então o que a gente percebe nos discursos, principalmente nas mentorias, quando elas começam a se vê. Ontem mesmo, eu tô fazendo aqui a mentoria da turma LED e aí uma delas falou assim “Ih, pois é, esse mês eu tive uma sobra e olha, eu peguei o dinheiro e consegui comprar o que meu filho pediu e tudo, porque ele queria comer um lanche diferente então fui lá, peguei esse dinheiro para poder fazer esse lanche” e aí essas coisas elas acabam aparecendo e a gente percebe que quanto mais né, essa renda ela toma uma proporção maior, mais significativa ela é para as relações de uma maneira geral né, pra relação muitas vezes com o companheiro, uma companheira, com filhos né, com os pais. Então, é fundamental, é fundamental essa questão de gerar renda, e elas falam mesmo. Tem até um caso de uma das empreendedoras na Cidade de Deus, que assim eu me lembro também porque é recente, ela é do ano passado, que o marido tinha um trabalho né, e ele parou de trabalhar nessa empresa para poder apoiá-la na confecção dos bolos, hoje eles são uma confeitaria, marido e mulher trabalham juntos. Então assim, essas questões né também são trazidas, a gente não tem isso enquanto dado estatístico, a gente não mede isso, mas a gente tem esses relatos né, dessas pessoas que conseguem através da renda né, muitas vezes até mudar um pouco esse aspecto do relacionamento, tá bom?!”